

## Servidores federais promovem protesto em Cuiabá

Reivindicação é pelo atendimento do Governo Federal aos sete eixos que compõem a 'Campanha Salarial 2011'  
*(Página 3)*

### CUT cobra o governo



O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Arthur Henrique, se reuniu com o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e cobrou do governo o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei para acabar com o imposto sindical que é cobrado diretamente no salário dos trabalhadores, com o desconto de um dia de trabalho, no mês de março. *(Página encarte B)*

O envio ao Congresso Nacional de projeto de lei para acabar com o imposto sindical que é cobrado diretamente no salário dos trabalhadores, com o desconto de um dia de trabalho, no mês de março. *(Página encarte B)*



## STF decide que Ficha Limpa não vale para eleições de 2010

*(Página 3)*

### Reuniões no MS tratam de avaliação de desempenho e reestruturação da CPST



A Condsef participou de reuniões, no final do mês de março, com representantes do Ministério da Saúde (MS) e outras duas entidades sindicais. *(Página 4)*

### Dilma decreta suspensão dos concursos públicos e contratações

*(Página 4)*

### Servidor, tome cuidado com o golpe do CPF

*(Página 4)*



### Calendário de Eventos do mês de abril

11, 12 e 13 – 2º Marcha a Brasília Para Campanha Salarial - 2011  
14 e 15 – Plenária Nacional da Condsef e Reunião Ampliada das Entidades Nacionais  
27 e 28 – Seminário de Avaliação do Desempenho

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT		33.710.088/0001-94 Período: 28/02/2011	
<b>Receitas Brutas de vendas e/ou serviços</b>		<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	
RECEITAS		TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	2.811,47
MIN PLANEJAMENTO	292,61	ENERGIA ELÉTRICA	368,90
EXERCITO	4.709,93	DESPESA COM CARTÓRIO	12,90
MIN EDUCAÇÃO (MEC)	24,42	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	388,50
MIN AGRICULTURA	3.224,33	LANCHES E REFEIÇÕES	282,74
MIN FAZENDA	2.862,05	DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	1.479,18
MIN JUSTIÇA	48,60	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	889,91
POLICIA FEDERAL	33,08	DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	13,00
MIN AERONÁUTICA	62,69	CORREIOS E POSTAGENS	2.481,45
MPAS/SAS	215,51	CÓPIAS E REPRODUÇÕES	4,50
MIN SAÚDE	10.352,84	VIAGENS E ESTADIAS	11.105,19
MINISTÉRIO DO TRABALHO	2.123,78	MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	2.301,29
UFMT	313,21	REFORMA SINDICATO	7.075,24
FUNAI	7.600,65	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00
M M E	111,52	DESPESAS TÁXI	60,00
D N P M	48,94	CUSTAS PROCESSUAIS	215,00
FUNASA	12.934,81	KENTEL PLUS ALARME	203,50
A N V S	58,20	CONDSEF	2.500,00
D N I T	866,48	MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	37,09
AGU	262,32	MENSALIDADE COPIADORA	300,00
IBAMA	1.161,75	CÓPIAS EXCESSO	64,90
MIN COMUNICAÇÕES	756,35	MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	87,40
INCRA	8.570,85	JORNAL O COMPROMISSO	300,00
MIN TRANSPORTES	5.405,52	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.350,00
INSS	1.110,48	DEPARTAMENTO JURÍDICO	259,10
MIN MARINHA	232,00	AJUDA DE CUSTO	4.213,55
CONAB	1.625,15	CUT NACIONAL	1.500,00
D P R F	98,56	BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	850,00
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	91,90	DESPESAS MANUTENÇÃO	100,00
INSTITUTO CHICO MENDES	47,28	ORNAMENTAÇÃO COROA DE FLORES	200,00
SICOOB APLICAÇÃO	597,28	CONDSEF GESTÃO ANTERIOR	200,00
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	163,41	MANUTENÇÃO EM GERAL	2.000,00
	66.006,50	CARAVANA BRASÍLIA 16-02-2011	6.164,80
		SIDICATO SERGIPE	1.000,00
<b>( = ) Receita Líquida</b>	<b>66.006,50</b>		55.017,61
<b>( = ) Superávit Bruto</b>	<b>66.006,50</b>	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	
<b>( - ) Despesas Operacionais</b>		TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	64,50
DESPESAS TRABALHISTA		TARIFAS BANCÁRIAS	99,39
SALÁRIOS	3.650,22		163,89
FÉRIAS + 1/3	2.071,63	<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	
FGTS	520,86	IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	43,23
INSS	1.814,56		43,23
VALE TRANSPORTE	690,00	<b>( = ) Déficit Operacional</b>	<b>-21.133,72</b>
ASSISTÊNCIA MÉDICA	459,10	<b>( = ) DÉFICIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-21.133,72</b>
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.250,00		
PARCELAMENTO INSS	1.519,82		
ESTAGIÁRIA SETOR JURÍDICO	1.430,00		
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	14.929,72		
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.100,00		
GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	1.400,00		
ANUÊNIO	79,58		
	31.915,49		
MARIA DE JESUS DA SILVA		CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	
CONTABILISTA		PRESIDENTE	
C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00		R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53	
SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338			

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT		33.710.088/0001-94 Período: 31/03/2011	
<b>Receitas Brutas de vendas e/ou serviços</b>		<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	
RECEITAS		TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	3.654,84
MIN PLANEJAMENTO	281,04	ENERGIA ELÉTRICA	538,81
EXERCITO	4.712,24	ÁGUA E ESGOTO	49,14
MIN EDUCAÇÃO (MEC)	24,42	MANUTENÇÃO REDE ELÉTRICA	222,00
MIN AGRICULTURA	3.224,33	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	927,20
MIN FAZENDA	2.862,05	LANCHES E REFEIÇÕES	407,29
MIN JUSTIÇA	48,60	DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	462,55
POLICIA FEDERAL	33,08	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	744,00
MIN AERONÁUTICA	62,69	DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	6,00
MPAS/SAS	215,51	MATERIAIS DE INFORMÁTICA	160,00
MIN SAÚDE	21.508,15	CORREIOS E POSTAGENS	2.536,40
MINISTÉRIO DO TRABALHO	2.095,41	CÓPIAS E REPRODUÇÕES	165,70
UFMT	301,79	VIAGENS E ESTADIAS	7.797,22
FUNAI	7.600,01	MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	260,39
M M E	111,52	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00
D N P M	48,94	CUSTAS PROCESSUAIS	1.492,37
FUNASA	23.674,03	KENTEL PLUS ALARME	195,00
A N V S	58,20	CONDSEF	2.250,00
D N I T	752,21	MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	632,79
AGU	262,32	MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	84,36
IBAMA	1.161,75	JORNAL O COMPROMISSO	1.500,00
MIN COMUNICAÇÕES	756,35	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.200,00
INCRA	8.570,85	CUT NACIONAL	1.500,00
MIN TRANSPORTES	5.405,52	BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	850,00
INSS	1.110,48	CONDSEF GESTÃO ANTERIOR	200,00
MIN MARINHA	232,00	CARAVANA BRASÍLIA 16-02-2011	3.000,00
CONAB	1.681,54		35.035,96
D P R F	98,56	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	112,27	TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	49,50
INSTITUTO CHICO MENDES	47,28	TARIFAS BANCÁRIAS	61,26
SICOOB APLICAÇÃO	492,79		110,76
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	163,41	<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	
	87.709,34	IRRF - IMPOSTO DE RENDA FONTE	43,23
			43,23
<b>( = ) Receita Líquida</b>	<b>87.709,34</b>	<b>( = ) Superávit Operacional</b>	<b>31.512,51</b>
<b>( = ) Superávit Bruto</b>	<b>87.709,34</b>	<b>( = ) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>31.512,51</b>
<b>( - ) Despesas Operacionais</b>			
DESPESAS TRABALHISTA			
SALÁRIOS	4.650,22		
FGTS	491,58		
INSS	1.647,90		
VALE TRANSPORTE	575,00		
ASSISTÊNCIA MÉDICA	459,10		
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.250,00		
ESTAGIÁRIA SETOR JURÍDICO	1.668,78		
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	6.669,72		
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.100,00		
GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	1.400,00		
ANUÊNIO	94,58		
	21.006,88		
MARIA DE JESUS DA SILVA		CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	
CONTABILISTA		PRESIDENTE	
C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00		R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53	
SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338			

# Servidores federais promovem protesto em Cuiabá

Reivindicação é pelo atendimento do Governo Federal aos sete eixos que compõem a 'Campanha Salarial 2011'

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) deve realizar uma mobilização na próxima quarta-feira (11), às 8h, na Praça Ulisses Guimarães, em frente ao shopping Pantanal, em Cuiabá. O protesto será realizado em todos os estados. O intuito é cobrar o Governo Federal para o atendimento das reivindicações do funcionalismo, que tem como base sete eixos da "Campanha Salarial 2011".

A mobilização está sendo organizada pelos sindicatos, com o apoio da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e por outras centrais sindicais como a Central Única do Trabalhador (CUT). A agenda de mobilização dos federais prevê ainda a realização da 3ª Marcha Nacional em Brasília, dia 16 de junho. No dia seguinte, 17, acontece uma

nova plenária nacional da categoria, que poderá discutir a deflagração da greve, caso as negociações com o governo não avancem.

Na avaliação do presidente do Sindsep-MT, Carlos Almeida, este é o momento em que todos os sindicatos, servidores públicos e trabalhadores federais se unirem em prol de melhores condições salariais e de trabalho. "É triste vermos projetos como a PLP 549/09, que prevê o congelamento dos salários dos servidores públicos, tramitando no Congresso Nacional, enquanto os vencimentos dos parlamentares foram reajustados em mais de 60% neste ano", disparou.

Além disso, Carlos destaca que os servidores tem sido responsáveis pela economia nas contas do Governo, enquanto outros setores são beneficiados com isenções fiscais e políticas de incentivo. Isso porque, no início do ano, a presidente

da República, Dilma Rousseff (PT) cortou a realização de novos concursos públicos para o Executivo Federal e a nomeação de novos servidores, que podem resultar num apagão dos serviços públicos.

"A unidade e mobilização dos servidores em torno dos eixos da Campanha Salarial são o caminho para combater os problemas que ameaçam não só os servidores, como a todos que dependem e têm direito a serviços públicos gratuitos e de qualidade", destacou o presidente do Sindsep-MT.



A Campanha Salarial é composta pelos eixos de política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações, contra qualquer re-

forma que retire direitos dos trabalhadores, institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito, retirada dos Projetos de Leis (PLs) e Medidas Provisórias

(MPs) e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos, cumprimento dos acordos firmados com o Governo, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e definição da data-base.

## STF decide que Ficha Limpa não vale para eleições de 2010

Por 6 votos a 5, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a aplicação da Lei da Ficha Limpa às eleições de 2010, ao analisar nesta quarta-feira (23) recurso de um candidato a deputado estadual em Minas Gerais. De acordo com a posição vencedora, a aplicação da Ficha Limpa já no ano passado desrespeita o princípio constitucional da anterioridade eleitoral, pois não houve o transcurso de um ano entre a sanção da lei - em junho de 2010 - e as eleições de outubro.

Como, no início da sessão, os ministros reconheceram a repercussão geral do caso, a decisão vale para outros recursos que se fundamentem no mesmo argumento. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já encaminhou mais de 30 recursos de candidatos questionando a aplicação da Ficha Limpa.

A decisão deve ter repercussão na composi-



ção do Senado e da Câmara dos Deputados, bem como nos resultados das eleições estaduais. Quatro candidatos ao Senado obtiveram, em outubro, votos suficientes para garantir uma vaga na Casa, mas acabaram sem registro, nos

termos da Ficha Limpa. Ficaram nessa situação Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Jader Barbalho (PMDB-PA), João Capiberibe (PSB-AP) e Marcelo Miranda (PMDB-TO).

O ministro Luiz Fux, empossado no início des-

te mês, votou contra a aplicação da Ficha Limpa em 2010 e, na prática, decidiu o julgamento. Todos os demais ministros mantiveram as posições manifestadas nos dois julgamentos anteriores sobre o tema, envolvendo Joaquim Roriz

(PSC-DF), então candidato ao governo do Distrito Federal, e Jader Barbalho, candidato ao Senado. Neste último caso, o STF tinha decidido, após empate em 5 a 5, pela aplicabilidade da Ficha Limpa às eleições passadas.

A derrubada da validade da Ficha Limpa teve como fundamento o desrespeito ao artigo 16 da Constituição, segundo o qual "a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência".

Votaram pela posição vencedora os ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux, Dias Toffoli, Marco Aurélio, Celso de Mello e Cezar Peluso. Pela aplicabilidade da Ficha Limpa às eleições passadas, votaram Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Brito e Ellen Gracie.

Ao fundamentar seu voto, logo no início da sessão, após a fala do relator Gilmar Mendes, Luiz Fux exaltou os aspectos positivos da Lei da Ficha Limpa, que segundo ele visa a preservar a moralidade administrativa. Ele também ressaltou o fato de ser uma lei que se originou na iniciativa popular.

Fux observou, porém, que mesmo nesse caso não se poderia desrespeitar uma regra constitucional e, por consequência, os princípios da segurança jurídica e da confiança.

- O intuito de moralidade é de fato louvável, mas estamos diante de uma questão técnica - resumiu.

A ministra Ellen Gracie, oitava a votar, mas já antevendo o resultado final, destacou que a decisão tomada pelo Supremo não derruba a Lei da Ficha Limpa, mas apenas sua aplicação às eleições de outubro.

# Reuniões no MS tratam de avaliação de desempenho e reestruturação da CPST

A Condsef participou de reuniões, no final do mês de março, com representantes do Ministério da Saúde (MS) e outras duas entidades sindicais. Os encontros trataram de temas importantes para os servidores da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST). Um deles é a reestruturação da CPST. Em fevereiro a Condsef encaminhou ofício apresentando uma proposta formal ao MS que leva em conta o memorial assinado no final do ano passado pela Condsef, CUT e o Ministério do Planejamento.

A proposta prevê a equiparação da estrutura remuneratória dos servidores à Lei 12.277/10 que criou tabela diferenciada para cinco cargos da administração pública (Engenheiros, Geólogos, Arquitetos, Economistas e Estatísticos). Para nivelar os outros cargos de nível superior, intermediário e auxiliar à esta tabela seria necessário reajustar em cerca de



78% a remuneração dos servidores do Executivo.

O MS se comprometeu a realizar prognósticos e analisar cenários para implantação da proposta ou apresentar alternativas. Isso deve acontecer na próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação da Saúde agendada para o dia 3 de maio. Hoje MS e Funasa somam um total de 195.410 servidores entre

ativos, aposentados e pensionistas. O outro tema abordado foi avaliação de desempenho.

A assessoria jurídica da Condsef elaborou uma nota técnica (veja aqui) indicando que pela natureza excepcional de sua lotação, os servidores cedidos e descentralizados ao SUS devem receber a integralidade da GDPST (Gratificação de Desempenho

da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho). A integralidade compreende tanto a parcela institucional quanto individual da gratificação. No entanto, o MS tem outra proposta para esses servidores que vai, inclusive, na contramão do que já havia sido assinado em um acordo firmado em 2008.

Discussões sobre gratificação de cedidos de-

vem ser retomadas – Tal acordo garantia 80 pontos fixos de gratificação para esses servidores. Mas o MS recuou e determinou que servidores cedidos e em exercício no SUS fariam jus à GDPST com base no valor máximo da parcela individual, somando ao resultado da avaliação institucional do período. Para a Condsef esta proposta do MS quebra o acordo firmado em 2008 que desconsiderava a avaliação institucional uma vez que os servidores cedidos não estariam sendo avaliados por gestores de seu local de trabalho de origem.

Para retomar as discussões sobre o tema a Condsef solicitou uma agenda de reuniões no Planejamento. Uma reunião ficou pré-agendada para o dia 7 de abril no próprio Ministério da Saúde onde entidades sindicais e governo vão buscar um consenso com relação ao tema. Outra decisão que foi deixada para a próxi-

ma reunião diz respeito a representantes dos trabalhadores nas comissões de acompanhamento das avaliações de desempenho nas CADs e Sub-CADs. O MS continua defendendo a proposta de dois representantes por entidades enquanto as entidades solicitam três participantes.

A Condsef solicitou ainda a reabertura do prazo para o cadastramento de servidores que queiram acompanhar o processo de avaliação pelo site do MS. Muitos alegaram que não conseguiram se cadastrar. O MS concordou em estender o prazo até o dia 8 de abril, mas a Condsef continua solicitando um período maior para que todos possam ter chance para se cadastrar.

A categoria deve permanecer atenta. Todas as informações sobre as próximas reuniões e ações de interesse dos servidores da base da Condsef continuam sendo divulgadas aqui em nossa página. *Fonte: Da Assessoria Condsef*

## Dilma decreta suspensão dos concursos públicos e contratações

O polêmico corte de R\$ 50 bilhões do orçamento federal já sinalizou seu primeiro entrave na gestão pública. Foi publicada na segunda-feira, dia 28 de março, no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº 39 do Ministério do Planejamento, suspendendo, por tempo indeterminado, a realização de concursos públicos e provimento de aprovados no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Muitos analistas políticos defenderam o corte, porque justificam que não teria efeitos concretos na sociedade e somente um caráter especulativo. Para o secretário-geral da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e diretor do Sintrasef (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Rio de Janeiro), Josemilton Costa, não é possível banalizar o freio no orçamento, chamando essa ação de “corte no vento”.

“O corte de 50 bilhões não é uma questão simplória, reflete qual será postura deste Governo em relação aos serviços públicos e automaticamente para os servidores públicos federais. Cortar verbas de investimentos na administração pública está na contramão da própria campanha eleitoral da Presidenta Dilma, que em vários

momentos reforçava a necessidade de investir na saúde, na educação e em outras áreas sociais”, disse o diretor.

Para Josemilton, esta postura do Governo Dilma, demonstra que ela e seus assessores irão aplicar a agenda que foi derrotada nas eleições de 2010. “Isto é estelionato eleitoral. Os movimentos sindicais e sociais têm que denunciar a fraude que foi a plataforma de campanha da Presidenta Dilma. O Governo completou 100 dias e o que povo viu de concreto foi o corte de R\$ 50 bilhões”, acrescentou.

O secretário-geral da Condsef ainda apontou outras falhas: “O que estamos vendo é o governo apontando mudanças na estrutura do Inbra e na área ambiental, sem o mínimo de diálogo com os trabalhadores, quem de fato conhecem a onde estão os gargalos das instituições. Como os outros Governos, este não é diferente contrata tecnocratas (burrocratas) para elaborarem mirabolantes relatórios e sugerirem reestruturação que no final não resolve e piora o atendimento a população”.

### Prejuízos para população

Em um outro ponto de vista dos prejuízos do corte de R\$ 50 bi, o cientista social e professor universitário, Guilherme Carvalho, entende que a sus-

pensão dos concursos e das contratações acarretam um impacto direto na economia, tendo em vista que existe um mercado que é utilizado com cursinhos, professores e editoras e são fontes de rendas para uma parcela da população.

“Esse corte foi uma grande decepção”, considerou Carvalho. Para ele, esse enxugamento deve ocorrer nos primeiros dois anos do governo de Rouseff, mas será revertido nos anos mais próximos das eleições. O professor se refere que a decepção maior foi para os profissionais que estão se preparando para enfrentar os concursos e garantirem a segurança proporcionada pelos cargos públicos, ao mesmo tempo em que é notório o déficit de mão-de-obra na administração pública. “Quando reabrirem os concursos, muitas pessoas estarão há anos estudando, enquanto outras não tiveram tanto tempo e isso fará com que a disputa fique bem mais acirrada”, observou.

O professor explica que as medidas do governo se prendem ao momento inflacionário que o Brasil vive e que a presidenta Dilma deseja manter o Produto Interno Bruto (PIB) com um incremento de 10,9%, o que significa que poderá aumentar em 4,5%. *Fonte: THAIS RAELE*

## Servidor, tome cuidado com o golpe do CPF

Várias quadrilhas vem atuando com este golpe em todo o Brasil. A fraude funciona assim. Os golpistas consultam, de forma sistemática e aleatória, o CPF de pessoas junto à SERASA, SPC e serviços equivalentes de proteção ao crédito. O intuito é descobrir se a pessoa possui algum tipo de restrição. Quando encontram alguém nesta condição, enviam uma correspondência, normalmente em papel timbrado de um “escritório de advocacia”, notificando o devedor a quitar o débito dentro de 5 dias, sob pena de ser processado (aí terá gastos para contratar um advogado e se defender), executado judicialmente, com penhoras etc...

A carta é bem ameaçadora e no texto da notificação informam que estão oferecendo uma condição especial para o pagamento à vista com desconto de 50-60%, ou em algumas parcelas com descontos variados. O pagamento pode ser efetuado através de depósito identificado, na conta número “tal” do banco “tal”, em nome do



Escritório de Advocacia ou da Empresa de Cobranças “tal”. Em alguns casos a conta fornecida é em nome de pessoa física, onde a justificativa é que a pessoa seria o advogado titular do escritório.

A vítima, para não ser processada e aproveitando o desconto, passa a efetuar os pagamentos, e quando os finalizar... continuará com seu nome protestado e/ou cadastrado nos serviços de proteção ao crédito. Isso porque aquele “Escritório de

Advocacia” nunca teve poderes para representar nenhum banco, financeira ou loja (credor/credora), tão pouco estava autorizado a receber ou negociar nada. Ou seja a dívida continua exatamente como estava, e você perdeu o dinheiro que pagou pensando estar quitando ela.

Normalmente o tal Escritório de cobrança é de outro Estado, para dificultar a localização da quadrilha. Periodicamente fecham e mudam de nome e endereço.

## EXPEDIENTE

### Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Hugo Fernandes DRT/MT 1663

Telefone (65) 8417-0670 e-mail: imprensa@sindsepmt.org.br

Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

Fotos: Chico Venâncio

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENEIX AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSÃO - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSÃO - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. SUPLENTE DE DIREÇÃO: DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SVS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP/CÁCERES. CONSELHO FISCAL TUTELAR: JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELANDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO - 9º BEC